



GT 74. Religiões de matriz africana e seus modos de convivência: caboclos, orixás e outras entidades

Coordenador(es):

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Tempos, Histórias e Registros

Debatedor/a: Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 2 - Vínculos e obrigações

Debatedor/a: Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 3 - Modos de Convivência

Debatedor/a: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A proposta deste Grupo de Trabalho é investigar os modos de se relacionar com e entre as entidades presentes nas diversas modalidades de religiões de matriz africana, tanto no Brasil quanto em outros países da diáspora africana. Assim, pretende dar ênfase não somente às análises das manifestações religiosas em si, mas aos estudos voltados para as formas como vínculos são aí construídos e mantidos. Tendo como questão chave o debate em torno das dimensões ético-políticas das formas de convivência cultivadas nessas religiões, o GT está aberto para trabalhos que tratem dos procedimentos e conceitos que participam dos processos de construção de vínculos, que discutam as diferentes temporalidades e espacialidades em jogo nesses processos e/ou explorem como os vínculos com as entidades são mobilizados e testados em situações de encontro com outras formas de prática.

?Meus guias que fizeram meu encruzo?: feitura de uma mãe de santo no tambor de mina.

Autoria: Juliana Loureiro Silva (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Desde menina Mãe Severina sofria com desmaios e aflições. Seu avô, Seu Dito, considerado entre os mais velhos como o maior curador que a comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos já teve, costumava colocá-la no colo e a dizer que se estive ainda vivo quando ela fosse cumprir sua obrigação não a deixaria dançar. Ele considerava que era muito pesado carregar esse povo de Légua. Uma família de encantados numerosa, oriunda das encantarias das matas de Codó, que muitos pesquisadores e religiosos acreditam ser de origem banto e que desde o período da escravidão tem uma expressiva presença na região. O tempo passou, sua mocidade chegou e as aflições se intensificaram, mas Seu Dito já não estava entre os seus. Seu pai correu mundo em busca de um curador que tirasse ?esse povo? dela. Mas todos diziam que isso a levaria a morte. Mesmo contrariando seu pai, Mãe Severina começou a dançar tambor de mina na Tenda Santa Bárbara de Mãe Georgina, assentada no próprio povoado. Dançou por anos sem nem ao menos saber quem era o guia que baiava em seu corpo. Foi então que se mudou para a cidade com seu companheiro e resolveu não mais dançar. Achava que se afastando do convívio com a comunidade poderia escapar da sina. Cortou todas as roupas de mina. Com os retalhos costurou roupas para filha e até pano de chão. Não passaram três meses e entrou em estado de ?loucura?. Foi a maior ?pisa? de caboclo que recebeu, quase morreu afogada no rio Itapecuru. Uma vizinha mineira compadecida de seu sofrimento resolveu fazer o seu ?serviço?. Mas na hora do ?encruzo? foram seus guias que tomaram a frente e colocaram as "contas" em seu corpo. A partir



desse momento ela passa a ver, ouvir e reconhecê-los. Nessa comunicação apresento uma descrição a partir dos relatos de Mãe Severina, de seus guias e familiares, de como foi seu encruzo. Da narrativa extraímos o que esteve presente, a atuação das entidades, a posição que ocuparam nas relações e vínculos estabelecidos durante a crise e o encruzo, e de como Severina ganhou força e coragem para assumir sua sina de se tornar uma mãe de santo e fundar a Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, a maior e mais conhecida entre as cinco hoje em atividade no Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: